Rev. Est. Hist. v. 11, n. 21
1998

Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público

Ulpiano T. Bezerra de Meneses

Não é prioridade deste texto discutir a natureza e alcance da cultura material como fonte para o conhecimento histórico. Seria um empreendimento de largo fôlego, sobretudo à vista do desinteresse que a história ainda manifesta por esse domínio, mesmo acreditando, ilusoriamente, ter-se dele aproximado (para caracterizar, nos avanços e incompreensões, a postura do historiador a respeito, sugiro a leitura, por exemplo, de Poulot, 1997). Nem examinar, nessa ótica, o que sejam coleção ou colecionismo e suas dimensões psicológicas, sociológicas, antropológicas ou históricas – temas, aliás, que já contam com farta e diversificada bibliografia (Baudrillard, 1968; Pomian, 1984; Pearce, 1995, 1998; Elsner & Cardinal, 1994; Belk, 1995 etc.). Antes, o objetivo é ater-me à problemática proposta pelo título deste artigo e indagar o que ocorre no deslocamento de objetos e coleções do campo pessoal para o público e que implicações

Nota: As presentes reflexões surgiram originariamente como comentários às exposições de Maria Madalena M. Machado Garcia e Contardo Calligaris, na sessão reservada ao tema *Documentos pessoais no espaço público* do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo, CPDOC/FGV-IEB/USP, 1997. Embora se tenham mantido algumas questões gerais levantadas por ambos os textos, a referência direta a eles foi aqui substituída por um tratamento mais autônomo dos problemas que julguei pertinentes.

precisariam ser consideradas no que diz respeito à pesquisa histórica. Por certo, nesse rumo, não poderei dispensar-me, inicialmente, de tocar em questões de base, conceituais ou teóricas, sobre algumas características genéricas dos objetos materiais, principalmente quando mobilizados como documentos.

Premissas

A bibliografia recente sobre memória tem investigado de maneira fragmentária e tímida o papel central dos objetos materiais[1] nos processos de rememoração, que ocorrem num universo que é tanto de palavras quanto de coisas. Já anteriormente se havia ressaltado a dimensão corporal da memória. Edward Casey (1987) talvez tenha sido um dos autores mais influentes a fixar, com ênfase, a noção de *body memory*, como também a questionar a assimetria entre as representações mentais e materiais e o primado das primeiras (verbais ou imagísticas) como mediadoras da memória.

Por se tratar de processos cognitivos encarnados (*embodied cognitive processes*), estão eles marcados por uma inserção física no universo material. A exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, a natureza física dos objetos materiais trazem marcas específicas à memória – problema capital, mas que não poderá ser aqui desenvolvido. Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente:

> *Because the material world endures, because it can outlive its makers, it can serve as a monument to their efforts*
> *same reason, artefacts survive in ways unintended by makers and owners to become evidence on which other interpretations of the past can be reconstructed. This property of things – shared to some degree with written texts – has given some artefacts a special place as symbols of the past. Cultures differ*
> *degree to which artefacts are used in this way.* (Radley, 1990: 58)

Estas palavras de um sociólogo, num dos raros trabalhos dedicados especificamente ao estudo dos artefatos no campo da memória e inserido numa antologia sobre lembranças coletivas, caracterizam, pela sua própria banalidade, a rápida deriva para o simbólico com que o problema vem sendo tratado, e obrigam a melhor formular algumas questões prévias mais específicas: qual a natureza do objeto material como documento, em que reside sua capacidade documental, como pode ele ser suporte da informação? Ou, dito de forma mais direta e sem sofisticação: que tipo de informação intrínseca podem os artefatos conter, especialmente de conteúdo histórico?

Os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc. etc. Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo, tais atibutos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos.

Naturalmente, os traços materialmente inscritos nos artefatos orientam leituras que permitem *inferências* diretas e imediatas sobre um sem-número de esferas de fenômenos. Assim, a matéria prima, seu processamento e técnicas de fabricação, bem como a morfologia do artefato, os sinais de uso, os indícios de diversas durações, e assim por diante, selam, no objeto, informações materialmente observáveis sobre a natureza e propriedades dos materiais, a especificidade do saber-fazer envolvido e da divisão técnica do trabalho e suas condições operacionais essenciais, os aspectos funcionais e semânticos – base empírica que justifica a inferência de dados essenciais sobre a organização econômica, social e simbólica da existência social e histórica do objeto. Mas, como se trata de inferência, há necessidade, não apenas de uma lógica teórica, mas ainda do suporte de informação externa ao artefato. Maior necessidade, ainda, haverá se reconhecermos que o artefato não é *"an inert, passive object, but an interactive agent in sociocultural life and cognition (...) the signification of the artifact resides in both the object as a self-enclosed material fact and in its performative, 'gestural' patterns of behavior in relation to space, time and society"*. Daí a importância da narrativa e dos dicursos sobre o objeto para se inferir o discurso do objeto.

Esses cuidados devem estar presentes quando se colocam questões sobre o problema da verdade e 'autenticidade'do artefato.

Lionel Trilling (1972), num pequeno livro muito importante, sobre sinceridade e autenticidade, toma ambos os conceitos correlacionados com a idéia de indivíduo e sociedade que começa a se delinear no século XVIII. Até então, no Ocidente, os papéis sociais faziam unidade com os indivíduos: o *status* era fixo, herdado, reconhecido *a priori*, aderente ao indivíduo e ao grupo. Daí por diante o indivíduo se apresenta como devendo ser construído, e a nova subjetividade se desenvolve dentro de parâmetros problemáticos: por isso a noção de verdade migra para a de sinceridade, com intenção subjetiva.

Nesse contexto, mais e mais individualista, os objetos materiais funcionam como veículos de qualificação social. No entanto, deve-se notar que essas funções novas não alteram uma qualidade fundamental do artefato: ele não

mente. A integridade física do artefato corresponde sua verdade objetiva. Os discursos sobre o artefato é que podem ser falsos.

Essas questões trazem à mente o dilema proposto por Plutarco sobre o navio de Teseu. Narra esse autor grego de época romana uma aporia – portanto uma questão sem solução, beco sem saída – que suscitou comentários infindáveis (Lowenthal, 1992: 82-3, com bibliografia). Trazido ao estaleiro para reparos, o navio de Teseu tem suas pranchas substituídas uma a uma, até a última. Poder-se-ia então considerá-lo, ainda, o navio de Teseu? Se não, quando deixou de sê-lo? Quando foram substituídas todas as pranchas? Metade mais uma? Lowenthal cita uma variante moderna: o navio de Teseu, no dique seco A, tem cada uma de suas pranchas substituídas por pranchas novas; as pranchas antigas são levadas para o dique seco B e remontadas. Quando um incêndio destrói o dique seco B, os responsáveis pelos dois diques reivindicam para o navio sobrevivente no dique A a condição de 'navio de Teseu'. Lowenthal define com clareza a situação: *"Is it the original? Who gets it depends on whether authenticity consists in identity as a boat or as a collection of planks"* (ibid.: 82).

Não acredito, contudo, que sejam bem estas alternativas que mereçam registro pelo historiador. Ambas contêm um desvio essencialista que polariza as dimensões material/não material do fenômeno. O cerne da questão, para o historiador (e, portanto, para tomar o navio de Teseu como documento) é, acredito, que os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. Se as observações acima expostas continuarem válidas, para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los 'em situação', nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social.

Sobre a biografia dos artefatos Igor Kopytoff escreveu um artigo seminal, ainda que restrito ao foco de interesse que privilegiou: o estudo dos mecanismos opostos de singularização e de 'comodificação' dos objetos. Mas conviria trazer à baila a linha geral proposta por Kopytoff (1986: 66-7):

> *In doing the biography of a thing, one would ask questions similar to those one asks about people: What, sociologically, are the biographical possibilities inherent in its 'status' and in the period and culture, and how are these possibilities realized? Where does the thing come from and who made it? What has been its career so far, and what do people consider to be an ideal career for such things? What are the recognized 'ages' or periods in the thing's 'life', and what are the cultural markers for them? How does the thing's use change with its age, and what happens to it when it reaches the end of its usefulness?*

O tratamento que Kopytoff dá a seu tema leva-o a propor retificação na noção durkheimiana de que a sociedade ordena o universo das coisas segundo o padrão da estrutura dominante no universo social dos agentes, pois as próprias sociedades levam ambos esses universos, simultaneamente e no mesmo rumo, a um processo de *"constructing objects as they construct people"* (ibid.: 90).

A biografia dos objetos introduz novo problema: a biografia das pessoas nos objetos. Deixo à margem temas que já começam a ser trabalhados pela bibliografia (como, por exemplo, o papel dos objetos enquanto *"concrete instances of past events"* no mundo dos idosos e em relação aos familiares falecidos; cf. Radley, 1990: 50-5) e introduzo aqui a problemática particular do objeto histórico. Sem dúvida, o objeto histórico ultrapassa os limites do biográfico, mas tem nele seu caldo de cultura mais favorável.

Objeto histórico/documento histórico

São duas categorias, aliás, que precisam ser examinadas em confronto.[2] A primeira é a categoria sociológica do objeto histórico que, em muitos museus, constitui presença exclusiva ou de clara prevalência. A segunda é a categoria cognitiva do documento histórico, suporte físico de informação histórica.

Em nossa sociedade o objeto histórico se caracteriza, quaisquer que sejam seus atributos intrínsecos, por sentido prévio e imutável que o impregna, derivado, não desses atributos, mas de contaminação externa com alguma realidade transcendental – por exemplo, a "vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil" (principalmente pela mediação de seus agentes excepcionais, é claro), na expressão do Decreto-Lei 35, de 1937, que criou o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São objetos singulares e auráticos, na expressão benjaminiana ou, mais precisamente, não-fungíveis. Não poderiam ser substituídos por cópias ou por objetos de atributos equivalentes. São excluídos de circulação e não só têm seu valor de uso drenado, como trazem para qualquer uso prático eventual a pecha do sacrilégio.

Malinowski percebeu com acuidade a semelhança existente entre os objetos do circuito do *kula* e as jóias da coroa britânica, que ele contemplou no castelo de Edimburgo. O *kula* é um ritual de troca de objetos, entre os nativos das ilhas Trobriand, marcado por regras numerosas e precisas e, além disso, respeitadas, pela integração social que propiciam. Tanto quanto as jóias da coroa, os objetos do *kula* não valem pelo uso prático, "pois são possuídos pela posse em si". Posse que transfere glória e fama. "Podem ser feios e inúteis e, segundo os padrões correntes, possuir muito pouco valor intrínseco, porém só o fato de terem figurado em acontecimentos históricos e passado pelas mãos de personagens antigos os constitui em veículo infalível de importante associação sentimental e

passam a ser considerados grandes preciosidades" (Malinowski 1976: 80, original de 1922). São 'semióforos', expressão rebarbativa forjada por Pomian (1977) para identificar objetos excepcionalmente apropriados e (exclusivamente) capazes de portar sentido, estabelecendo uma mediação de ordem existencial (e não cognitiva) entre o visível e o invisível, outros espaços e tempos, outras faixas de realidade. Escusado insistir que o conceito de relíquia, no campo religioso, condiz com os anteriores, ressaltando a necessidade de contigüidade, contato com um transcendente, para que o objeto prolongue esse transcedente, seja, entre nós, o que dele ficou (*relicta*). Todos funcionam como fetiches, significantes cujo significado lhes é imanente, dispensando demonstração: as relíquias do Santo Lenho, por exemplo, impunham credibilidade, não pela autenticidade de suas origens, mas pelo poder manifestado (Lowenthal, 1992: 91).

Relíquias, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem.

As conotações temporais são, em realidade, múltiplas, ainda que o presente constitua o foco ordenador. Assim, Jean Baudrillard, apesar de opor o objeto antigo, mitologicizado, ao objeto funcional e localizá-lo na modernidade, não o considera a-funcional. Sua função é precisamente significar o tempo:

> *L'exigence à laquelle répondent les objets anciens est celle d'un être définitif, un être accompli. Le temps de l'objet mythologique, c'est le parfait: c'est ce qui a lieu dans le présent comme ayant eu lieu jadis, et qui, par cela même est fondé sur soi, 'authentique'.* (Baudrillard 1968: 91-2)

Ao inverso, os objetos funcionais se esgotam no presente, comprometendo qualquer índice de plenitude e sem passado. Existem apenas no indicativo e no imperativo prático. Eis por que o decurso do tempo constitui fator relevante de qualificação do objeto histórico – a ponto de ser utilizado, automaticamente, como critério discriminatório. Alois Riegl, em obra clássica (1984, original de 1903) aponta como as marcas da passagem do tempo, a degradação física, as lacunas fundamentam o critério maior de valor do objeto antigo, imediatamente – sensorialmente – perceptível (ao invés do valor histórico, que remete a um conhecimento). A posse de objetos históricos como vetor de classificação social não é tema novo, seja no tocante a coleções (Stillinger, 1980), seja em mecanismos mais individuados, como a 'síndrome da pátina', que McCraken (1883) estuda na Inglaterra, nos processos de *gentrification*.

Essa categoria de objeto histórico, assim, por sua própria natureza e funções, privilegia as classes dominantes – fato facilmente observável nos museus e abundantemente denunciado na bibliografia. Torna-se evidente, destas consi-

derações, que o objeto histórico é de ordem ideológica e não cognitiva. Não que não possa ser utilizado para a produção de conhecimento. Ao contrário, são fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto, precisamente, *objetos históricos*.

Introduz-se nesta altura a questão do documento histórico. Para reduzir um complicado problema à sua mínima expressão, no nível empírico pode-se dizer que documento é um suporte de informação. Há, em certas sociedades, como as complexas, uma categoria específica de objetos que são documentos de nascença, são projetados para registrar informação. No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação etc. – este objeto utilitário está sendo empregado como documento. (Observe-se, pois, que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu horizonte original). O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica.

A dimensão pessoal do artefato

Falar-se em documentos pessoais obriga a repassar brevemente algumas reflexões sobre a presença do indivíduo nos registros materiais, acentuando o que já foi dito anteriormente. É uma presença multiforme, que aqui se resume a três menções principais.

Em primeiro lugar, à produção, principalmente nas sociedades pré-industriais ou proto-industriais, bem como nos processos artesanais, em que as idiossincrasias ficam materialmente assinaladas. Veja-se, por exemplo, não apenas a identificação de autoria em obras de arte (singulares), mas, ainda, como foi possível aplicar técnicas de grafologia à cerâmica de sociedades tribais, para isolar produtores e seus agrupamentos (Hill & Gunn, 1969).[3]

Quanto à identidade, a psicologia social já assinalou diversos traços do funcionamento dos artefatos, seja como suportes de identidade, seja, também, como extensão dessa identidade. Csikszentmihalyi & Rochberg-Halton (1981: 14-5), além de dizerem que as coisas que as pessoas usam e que as cercam refletem agudamente a personalidade de seu proprietário, completam, reconhecendo que elas são *"part of one's self, not in any mystical or metaphorical sense but in cold concrete actuality"*. Perinbanayagam (1990) tem um artigo em que se indaga *"how to do self with things"*. Parte considerável do livro de Helga Dittmar (1992) sobre a psicologia social e as posses materiais busca esclarecer a equivalência, na sociedade ocidental contemporânea, do binômio 'ter' e 'ser', para tanto desenvolvendo a noção de artefato como um *'extended self'* (para uma apreciação crítica, ver Meneses, 1996).

Quanto à circulação, no seu clássico estudo sobre o dom, Marcel Mauss (1950) já havia apontado como o objeto doado retém atributos pessoais do doador, sendo, por isso, inalienável e devendo ser retornado.

O que esses três exemplos têm de comum, além de reafirmarem a importância da presença do indivíduo no campo da cultura material, é que eles indicam que tal presença jamais é exclusiva: ela só se perfaz na relação social. A identificação de mãos individuadas na produção de artefatos seria irrelevante se não estivesse imbricada na rede de relações que lhe dá suporte – e que permitiu, para citar um exemplo pioneiro, que James Deetz (1970) inferisse, num estudo de caso entre os Arikara, os jogos de circulação exogâmica das mulheres, a partir de microvariações (em nível do indivíduo) do tratamento dos motivos decorativos, dentro de um quadro de estabilidade no macropadrão tecnológico. A identidade pessoal, como todo processo de construção ou reforço de identidade, não remete a uma essência, mas a uma situação de interação: o 'eu' se define, sempre, diante do 'outro', de preferência na escala de grupos ou sociedades.

A coleção como ato autobiográfico

Estas considerações, associadas ao que já foi anteriormente exposto, permitem tomar um problema crucial associado ao tema do documento pessoal no espaço público: a coleção. A coleção privada, com efeito, é a forma, senão exclusiva, pelo menos dominante, pela qual objetos pessoais, em nossa sociedade, expõem-se à esfera pública.

Mais que representações de trajetórias pessoais, os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade e, para seu entendimento, impõem, já se viu, a necessidade de se levar em conta seu contexto performático. Na coleção fica patente esse caráter de interlocução, de ato em que está em jogo a subjetividade em diálogo.

Os estudos de coleção se têm desenvolvido muito, estas últimas décadas, sobretudo na antropologia e na sociologia (a história, por sua vez, tem sido muito reticente, a respeito). Assim, já foram explorados não só o caráter metonímico de representação que a coleção pode desempenhar (de um grupo, cultura, fenômeno), mas, também, de auto-representação. Trabalhando com museus e coleções antropológicas, Clifford (1985) bem demonstrou como neles se tem não apenas a representação do indígena, mas também do branco; das colônias, mas também das metrópoles. No entanto, o caráter de interlocução, de enunciado, tem sido pouquíssimo explorado.

Um caso mencionado por Maurice Rheims (1981) e bastante explorado (embora não no rumo aqui proposto) é excepcionalmente significativo. Trata-se de um colecionador francês de manuscritos medievais, que descobre em Nova York um segundo exemplar de incunábulo precioso; como supunha que o seu fosse único, a descoberta desnorteou-o, até que, após muitas tratativas e esforços, além de um investimento considerável, conseguiu que o proprietário lhe vendesse a peça. Ato contínuo, destruiu a preciosidade, fazendo que um tabelião, por ele levado de Paris, registrasse devidamente seu ato.

A primeira inferência é que a coleção, por mais personalizada e centrada no individuo, se faz sempre em relação ao outro. É, portanto, um suporte de interação. Ainda que o colecionador paroxisticamente tente restringir o desfrute de sua coleção por outros beneficiários que não sua própria e exclusiva pessoa, o que se tem é a reiteração de que a coleção está vocacionada para o 'espaço público'. O esforço de manter em segredo a coleção é apenas uma tentativa de anular ou neutralizar sua natureza visceral de enunciado, suprimindo pela violência as redes de interação.

Não é, pois, força de expressão procurar entender a coleção como ato autobiográfico.

Objetos pessoais/espaços públicos: escalas e lugares críticos.

O exemplo da coleção privada que se desloca para o espaço público[4] de uma instituição museológica ou arquivística (sendo a exposição museológica seu vetor principal) nos leva a examinar mais detidamente a polaridade que se suporia rígida entre o pessoal e o público.

A primeira observação é que a grade de significações entre 'pessoal' e 'público' é ambígua e flexível. Há situações críticas que podem advir do deslocamento, não do primeiro pólo ao outro, mas de um pólo intermediário. Em outras palavras, a matriz crítica transcende o estrito nível individual e se refere a uma instância coletiva. Um bom exemplo é o que vem ocorrendo em várias partes do mundo, mas em caráter mais agudo nos Estados Unidos, relativamente

à presença de restos funerários em museus e instituições antropológicas (Simpson, 1996).

Que pode haver de mais pessoal e subjetivo que o próprio corpo? No entanto, é como afronta étnica que, por exemplo, minorias e grupos indígenas entenderam a 'publicização' dos despojos de seus ancestrais. E nessa rota é que se encaminharam as tentativas de solução: a partir da década de 70, a legislação americana sobre patrimônio cultural passou a incluir dispositivos explícitos referentes a tais problemas. O mesmo contexto permite também esclarecer que não é a transferência do objeto pessoal para ao espaço público que é relevante, mas o controle dos significados que tal transferência implica. Por isso é que grupos étnicos reivindicaram e assumiram, nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, a organização e gestão integral de museus antropológicos (agora chamados de museus 'étnicos'), para assegurarem a preservação de uma determinada auto-imagem, no deslocamento que a exposição pública provoca, do valor de uso para o valor cognitivo, possível de ser extraído de restos funerários e de objetos (inclusive os pessoais e personalizados), focos de disputa sobre o "direito à História" (Meneses, 1993).

Apesar dessa ambigüidade e flexibilidade de escala entre o pessoal e o público, é verdade que os contextos institucionais típicos – em particular a exposição museológica – ressemantizam o objeto profundamente, depositando crostas de significados que se cristalizam em estratos privilegiados, em detrimento dos demais.

Muitos historiadores almejariam purificar o artefato de toda retórica, para chegar ao grau zero do objeto, idêntico a si próprio. O australiano Kimberley Webb postula como condição de um "cultivo sério do passado" de seu país o esforço para *"rest upon a clear distinction between the rhetoric of the relic and the reality of the artefact"* (*apud* Bennett, 1995: 146). Certamente, na exposição museológica não há esse antídoto contra a relíquia. Ou, na formulação de Bennett (1995: 146): *"... the artefact, once placed in a museum, itself becomes inherently and irretrievably a rhetorical object"*.

Com efeito, o artefato neutro, asséptico, é ilusão, pelas múltiplas malhas de mediações internas e externas que o envolvem, no museu, desde os processos, sistemas e motivos de seleção (na coleta, nas diversificadas utilizações), passando pelas classificações, arranjos, combinações e disposições que tecem a exposição, até o caldo de cultura, as expectativas e valores dos visitantes e os referenciais dos meios de comunicação de massa, a *doxa* e os critérios epistemológicos na moda, sem esquecer aqueles das instituições que atuam na área, etc. etc.

Poder-se-ia concluir dizendo que o objeto puro ou purificado, *"the real thing"*, pode, sim, existir, mas somente saturado de hiper-realidade: *"imagination demands the real thing and, to attain it, must fabricate the absolute fake"* (Lowenthal,

1992: 97; para a hiper-realidade e o simulacro, ver Eco, 1984 ou Baudrillard, 1981).

É falso, assim, para o conhecimento histórico, o dilema relíquia (objeto histórico) *versus* artefato em si. Resta saber que estratégia cabe, por exemplo, no espaço público, ao museu histórico. Parece-me evidente que deva ser a operação, não com objetos históricos, mas com documentos históricos.

Estas questões nos levam a outra. A dimensão institucional do acesso público (que tomo aqui em sua dimensão problemática), hoje, historicamente, não equivale à pura e simples presença do documento privado no espaço público. É preciso considerar duas marcas desse nível crítico, num paradoxo aparente: a publicização pode importar em privatização; além disso, a publicização que se faz no campo da comunicação de massas tem outras implicações problemáticas.

Tais traços se coadunam com a caracterização que David Chaney (1993), por exemplo, partindo de Sennett e Habermas, faz das "ficções da vida coletiva", drama público na cultura moderna tardia. O Iluminismo havia proposto como protótipos do público espaços de encontro, físicos. Ora, a abstração e confinação dos meios de comunicação de massa pressupõem uma forma de participação em grande escala apenas de indivíduos privatizados.

Por certo seria importante levar em conta, também, situações sem a tensão qui acentuada, no confronto do interesse público e privado. Refiro-me aos casos de inversão, ao exibicionismo narcisístico que redunda em excesso de exposição do subjetivo, tal como se vê nas doações a museus e na formação e manipulação de coleções particulares, acima mencionadas. Ou, mesmo, em eventos como aquele de que trata Janine Loratt (1997), o assim chamado The People's Show, na Inglaterra, uma feira de exposições concebida como palco em que particulares exibem publicamente suas memórias imbricadas em seus tesouros pessoais.

Inversamente, o objeto público – mesmo um dos mais públicos, como o monumento – pode também ser apropriado nos termos mais personalizados possíveis. Aliás, o exame do que vem ocorrendo com o monumento e, mais ainda, com o chamado antimonumento, revela traços significativos de uma privatização da memória social (Meneses, 1995: 107-8).

Os especialistas vêm de há tempos assinalando, entre nós, a fragmentação e esgarçamento cada vez maiores da memória como foco de referência convergente. A nação, por exemplo, há muito deixou de ser lugar esssencial da memória, pois não atende à heterogeneidade, às oposições, conflitos, mas antes, a um ideal de harmonia no corpo político que nos parece fora de moda. John Gillis, preocupado com a história da relação entre memória e identidade, vale-se do conceito de *multiphrenia* proposto por Kenneth Gergen, segundo o qual, hoje em dia, *"everyone has now as many pasts as he or she has different jobs, spouses, parents, children, or residences"* (Gillis, 1994: 4).

Por isso, é compreensível o que vem ocorrendo, com certa freqüência, com os monumentos públicos, sinalizações materiais de ampla escala e força outrora paradigmática (*moneo*, em latim quer dizer 'advertir', isto é, tanto despertar quanto cobrar atenção): a penetração da subjetividade em espaços até então inexpugnáveis da memória social. Caso exemplar é o do Veterans Memorial, no Mall, em Washington, dedicado aos soldados mortos no Vietã e erigido em 1992 (Bodnar, 1992: 3-9; Griswald, 1992). Desde que surgiu um projeto de ereção do monumento, explodiu polêmica acirrada, envolvendo políticos (para quem o monumento seria o marco da reconciliação nacional), as famílias dos mortos (que privilegiavam a lembrança daquele que não mais voltaria) e dos veteranos (para quem a inutilidade do sacrifício não podeia ser escondida). A solução formal que acabou prevalecendo confirma o espaço subjetivo: uma dupla longuíssima lápide de mármore escuro (que reflete o semblante de quem a contempla), com os nomes, inscritos, dos sacrificados.

Já o movimento antimonumento, em curso desde a década de 70, dá um passo além, pois pretende desritualizar e desmaterializar a memória, inserindo-a no espaço cotidiano do cidadão comum (Young, 1992; Gillis, 1994). Exemplo significativo é o antimonumento à Guerra, erigido em Harburg (Alemanha) e que consta de um obelisco que se esconde numa bainha (como um poço cavado na terra), à medida que os passantes inscrevem mensagens em sua superfície – memórias e sensações pessoais, protestos, votos de esperança etc.

Por fim, conviria assinalar a integração simbiótica e absolutamente tranqüila do caráter pessoal e do contexto público, como ocorre com o *souvenir*. O *souvenir*, que Stewart (1984) vincula justificadamente à narrativa e ao evento qualificador da experiência pessoal, é um artefato fabricado em série, anonimamente, e colocado (publicamente) no mercado. Mas se destina, paradoxalmente, a abrigar uma memória pessoal – previamente configurada e objetivada – do futuro comprador.

Notas

1. A expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado. Aqui, no entanto, para simplificar, falar-se-á sobretudo do artefato, que é apenas um dos componentes – dos mais importantes, sem dúvida – da cultura material.

2. Reproduzo, a seguir, o essencial do tratamento dado ao problema, num artigo sobre a exposição histórica museológica (Meneses 1994: 17-22).

3. É interessante verificar que Henry Rousso (1996: 88) acentua, também para os documentos arquivísticos, em geral, de caráter insstitucional, a necessidade de levar em conta o indivíduo singular: "Escrito, oral ou filmado, o arquivo é sempre o

produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo (administração, empresa, partido político etc.).
Ora, é claro que essa língua e essa escrita devem ser decodificadas e analisadas. Mas, mais que uma simples 'crítica interna', para retomar o vocabulário ortodoxo, trata-se aí de uma forma particular de sensibilidade à alteridade, de 'um errar através de palavras alheias', para retomar a feliz expressão de Arlette Farge. É esse encontro entre duas subjetividades o que importa, mais que o terreno sobre o qual ele se dá ou o tipo de rastro que o torna possível através do tempo".

4. Os conceitos de 'privado' e 'pessoal' são utilizados, aqui, por mera comodidade, como convergentes e diferenciados por conotações mínimas, quando, na realidade, estão longe de se equivaler.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. 1968. *Le système des objets.* Paris, Gonthier/Denöel.

_____. 1981. *Simulacres et simulations.* Paris, Galilée.

BELK, Russel W. 1995. *Collecting in a consumer society.* London, Routledge.

BODNAR, John. 1992. *Remembering America. Public memory, commemoration and patriotism in the twentieth century.* Princeton, Princeton University Press.

CASEY, Edward, S. 1987. *Remembering. A phenomenologial study.* Bloomington, Indiana University Press.

CHANEY, David. 1993. *Fictions of collective life. Public drama in late modern culture.* London, Routledge.

CLIFFORD, James. 1985. "Objects as selves. An aftetword". In: STOCKING JR., George W., ed. *Objects and others: essays on museums and material cuture.* Madison, The University of Wisconsin Press, p. 236-46.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly & ROCHBERG-HALTON, Eugene. 1981. *The meaning of things: domestic symbols and the self.* Cambridge, Cambridge University Press.

DEETZ, James. 1965. *The dynamics of stylistic change in Arikara ceramics.* Urbana, University of Illinois.

DITTMAR, Helga. 1992. *The social psychology of mater al possessions. To have is to be.* Hemel Hempstead, Harvester Wheatsheaf/ New York, St. Martin's Press.

ECO, Umberto. 1984. *Viagem na irrealidade cotidiana.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

ELSNER, John & CARDINAL, Roger, eds. 1994. "Introduction", in *The cultures of collecting.* London, Reaktion Books, p. 1-6.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. 1992. *Social memory.* Oxford, Blackwell.

GILLIS, John R., ed. 1994. "Introduction. Memory and identity, the history of a relationship", in *Commemorations. The politics of national identity.* Princeton, Princeton University Press, p. 3-26.

GRISWOLD, Charles L. 1992. "The Vietnam Veterans Memorial and the Washington Mall: philosophical thoughts on political iconography". In: MITCHELL, J. W. T., ed. *Art and*

the public sphere. Chicago, The University of Chicago Press, p. 79-112.

HILL, James N. & GUNN, Joel, eds. 1977. *The individual in Prehistoy. Studies of variability in style in prehistoric technologies.* New York, Academic Press.

HUTTON, Patrick. 1993. *History as an art of memory.* Vermont, University Press of New England.

KOPYTOFF, Igor. 1986. "The cultural biography of things: commoditization as process". In APPADURAI, Arjun, ed. *The social life of things. Commodities in cultural perspective.* Cambridge, Cambridge University Press, p. 64-94.

LOVATT, Janine Romina. 1997. "The People's Show Festival 1994: a survey". In: PEARCE, Susan M., ed. *Experiencing material culture in the Western world.* Leicester, Leicester University Press, p. 196-254.

LOWENTHAL, David. 1992. "Counterfeit art: authentic fakes?", *International Journal of Cultural Property,* London, 1 (1): 79-103.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976. *Os argonautas do Pacífico oriental.* São Paulo.

MAUSS, Marcel. 1950. "Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques". In: *Sociologie et anthropologie.* Paris, PUF.

McCRAKEN, Grant. 1988. *Culture and consumption: new approaches to the symbolic character of consumer goods and activities.* Bloomington, Indiana University Press.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. 1994. "Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico", *Anais do Museu Paulista.* História e Cultura Material. São Paulo, N. S., 2: 9-42, jan.-dez.

_____. 1996. "A psicologia social no campo da cultura material", *Anais do Museu Paulista.* História e Cultura Material. São Paulo, N. S., 4: 283-90.

MILLER, Daniel. 1994. "Artefacts and the meaning of things". In: INGGOLD, Tim, ed. *Companion Encyclopedia of Anthropology.* London, Routledge, p. 396-416.

PEARCE, Susan M. 1995. *On collecting: an investigation into collecting in the European tradition.* London, Routledge.

_____. 1998. *Collecting in contemporary practice.* London, Sage/AltaMira.

PERINBANAYAGAM, R. S. 1990. "How to do self with things". In: RIGGINS, Stephen H., ed. *Beyond Goffman: studies on communication, institution, and social interaction.* Berlin, Mouton de Gruyter, p. 315-40.

POMIAN, Krzstof. 1984. "Colecção". In: *Enciclopédia Einaudi,* v. 1 (Memória – História). Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 51-86.

POULOT, Dominique. 1997. "Une nouvelle histoire de la culture matérielle?", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine,* Paris, 44 (2): 344-357, avril-juin.

RADLEY, Alan. 1990. "Artefact, memory and a sense of past". In: MIDDLETON, David & EDWARDS, Derek, eds. *Collective remembering.* London, Sage, p. 46-59.

RHEIMS, Maurice. 1981. *Collectionneurs de la curiosité, de la beauté, du goût, de la mode et de la spéculation.* Paris, Ramsey.

RIEGL, Alois. 1984. *Le culte moderne des monuments.* Paris, Seuil.

ROUSSO, Henry. 1996. "O arquivo ou o indício de uma falta", *Estudos Históricos,* Rio, 9 (17): 85-92.

SIMPSON, Moira G. 1996. "Human remains and cultural property: the politics of control". In: *Making*

representations. Museums in the post-colonial era. London, Routledge, p. 171-246.

STEWART, Susan. 1984. *On longing. Narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection.* Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

STILLINGER, Elizabeth, ed. 1980. *The antiques.* New York, Knopf.

TILLEY, Christopher, ed. 1990. "Michel Foucault: towards an archaeology of Archaeology", *Reading material culture. Structuralism, hermeneutics and pos-structuralism.* London, Basil Blackwell, p. 281-347.

TRILLING, Lionel. 1972. *Sincerity and authenticity.* Cambridge Mass., Harvard University Press.

VASTOKAS, Joan M. 1994. "Are artifacts texts? Lithuanian woven sashes as social and cosmic transactions". In: RIGGINS, Stephen Harold, ed. *The socialness of things. Essays on the socio-semiotics of objects.* Berlin, Mouton de Gruyter, p. 337-362.

YOUNG, James E. 1992. "The counter-monument: memory against itself in Germany today". In: MITCHELL, W. J. T., ed. *Art and the public sphere.* Chicago, The University of Chicago Press, p. 49-78.

Palavras-chave:
memória, cultura material, artefato, documento histórico, coleção privada, espaço público.

(Recebido para publicação em novembro de 1997)